

Fundação Arca da Aliança

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2019

1 - Introdução

A Fundação Arca da Aliança, com sede social na Rua de Santa Cruz nº 1, Cova da Iria com um fundo patrimonial de 399.038,32 €, contribuinte fiscal nº 504 219 413, tem como atividade principal: Outras Atividades Associativas (C.A.E. nº 94 995), e como atividades secundárias:

- Atividades Apoio Social para pessoas Idosas, com alojamento (CAE 87301),
- Atividades Apoio Social para Crianças e Jovens, com alojamento (CAE 87901).

A Fundação teve no ano de 2019, quatro valências em funções, a Administração que gere os fundos existentes e promoveu a construção da Aldeia Intergeracional, que é o Lar das Bem-Aventuranças, que entrou em funcionamento em Setembro de 2013, e que tem protocolo com o Instituto da Segurança Social para 48 utentes; a Casa de Acolhimento de Jovens, para o qual tem um protocolo com o Instituto da Segurança Social para 25 utentes e a outra valência, com menos expressão que é o apoio a famílias carenciadas.

No final do ano de 2019, a Instituição, tinha na valência de Estrutura Residencial para Idosos, cerca de 74 utentes e na valência da Casa de Acolhimento para Jovens 25 utentes.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2019.

O presente relatório contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Fundação Arca da Aliança, procedendo a uma equilibrada e global evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

Devido às tensões políticas, nomeadamente entre os Estados Unidos e o Irão, e a tensões comerciais, em especial entre a China e os Estados Unidos, ao enfraquecimento do investimento privado e ao nível elevado de incerteza política, alguns dos analistas prevêem um enfraquecimento do crescimento global para este e próximos anos.

Ao longo de 2019, os governos depararam-se com novos desafios, com o crescimento da insatisfação social em alguns países, levando a várias manifestações e protestos, assim como vários desastres naturais, como os incêndios na Austrália, cheias na África Oriental e seca extrema na África do Sul. O aumento das barreiras tarifárias entre os Estados Unidos e os seus parceiros comerciais, não só a China, mas também entre a União Europeia, denegriu o sentimento dos consumidores, tendo gerado também várias desacelerações cíclicas em diversas economias. Apesar de no final do ano terem surgido notícias positivas em torno destas negociações, não foram suficientes para mitigar este sentimento, que poderá repercutir-se também no setor produtivo e tecnológico.

Uma política monetária mais flexível deverá ajudar a recuperar a economia no curto prazo. No médio e longo prazo, os governos deverão trabalhar em conjunto para criar regras e taxas comerciais mais justas, de forma a impulsionar o investimento. Nos próximos anos, os governos deverão focar-se em estratégias que levem a um mundo cada vez mais digital, apostando também em políticas que apoiem as energias renováveis, com vista à diminuição das emissões de CO₂, de forma a mitigar os riscos de estagnação do crescimento no médio e longo prazo.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Após um abrandamento significativo da economia nos últimos três trimestres de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para uma estabilização da atividade económica global em 2019. O aumento das tensões comerciais e geopolíticas desencadearam num aumento dos níveis de incerteza, reflectindo-se por sua vez no nível de confiança dos investidores, levando a uma desaceleração do investimento, da produção e do comércio internacional. Assim, o FMI prevê um crescimento global de apenas 2,9% para 2019 – o valor mais baixo registado desde 2008.

Para as economias em desenvolvimento, o FMI prevê um crescimento de 3,7%, reflexo de algumas economias com um maior nível de stresse e baixo desempenho económico, como foi o caso da Índia, bem como de um desaceleramento económico na China, que se prevê que se situe nos 6,1% em 2019.

Nas economias avançadas, esta estabilização da atividade económica, em conjunto com as notícias favoráveis sobre os acordos entre os Estados Unidos e a China e a diminuição dos receios de uma má negociação do Brexit, reforçaram o sentimento dos mercados financeiros, já sustentado por cortes nas taxas dos bancos centrais, nomeadamente nos três cortes realizados na segunda metade de 2019 pelo banco central dos Estados Unidos (FED).

O mercado accionista também se mostrou positivo nas economias avançadas durante os últimos meses de 2019, e as obrigações soberanas, após ter-se verificado uma queda em setembro, começaram a recuperar também nos últimos meses de 2019. Nas economias emergentes, verificou-se também uma melhoria nos mercados de títulos.

Quanto às principais moedas, verificou-se um enfraquecimento de dois pontos percentuais no dólar americano e no yen japonês, enquanto que o renminbi chinês reforçou-se em cerca de 1,5%. Já a libra esterlina foi apreciada em 4 pontos percentuais desde setembro.

Assim, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD apresentou um perfil descendente ao longo de 2019, situando-se nos 1,1397 no início do ano, tendo apresentado durante o mês de junho um pico ascendente, chegando aos 1,1394. O valor mais baixo foi registado em finais de setembro, onde atingiu os 1,0889, fechando o ano nos 1,1234. Quanto à libra esterlina, no início do ano apresentava uma cotação EUR/GBP de 0,90165, tendo-se notado uma trajetória descendente até inícios de maio, onde chegou aos 0,8547, começando então a notar-se uma inversão, tendo atingido o seu pico máximo em inícios de agosto, com uma cotação de 0,9282, voltando então a descer, fechando o ano com uma cotação de 0,8508.

Apesar de continuar-se a verificar um aumento na criação de emprego (em alguns casos, num contexto de taxas de desemprego em níveis mínimos), a inflação dos preços do consumidor permaneceu estável nas economias avançadas, tendo-se notado no terceiro trimestre de 2019 uma estabilização no setor produtivo, mas algum enfraquecimento no setor dos serviços.

Quanto ao comércio global, este registou um abrandamento significativo na primeira metade de 2019. Em termos anuais, a OCDE estima um desaceleramento, devendo situar-se em 1,0%, o valor mais baixo desde 2009.

Durante os primeiros meses de 2019, o preço do petróleo apresentou uma tendência marcadamente ascendente, tendo subido cerca de 20 dólares por barril entre janeiro e maio, situando-se nos 70 dólares por barril, devido às fortes restrições do lado da oferta, nomeadamente pelo aumento das tensões no Médio Oriente. Entre junho e novembro registou-se uma trajetória mais moderada, tendo-se registado em meados de novembro um preço de 63 dólares por barril. Para o conjunto do ano, projecta-se um preço de 64 dólares por barril, uma redução de quase 10% face a 2018.

Relativamente aos Estados Unidos, apesar de se ter verificado um crescimento significativo no segundo trimestre de 2019 (2%), a economia americana voltou a estagnar, resultado dos fracos níveis de investimento, bem como do desvanecimento dos efeitos das reformas tributárias feitas em 2018. Para o total do ano, o FMI prevê um crescimento de 2,3%.

Apesar das tensões comerciais com a China terem diminuído, novos riscos apresentam-se, como o anúncio feito pela Boeing sobre a paragem indefinida da produção do seu 737 MAX, aumentando assim o enfraquecimento do setor produtivo. No final do verão, registou-se pela primeira vez desde a última crise financeira uma inversão da yield curve americana. Esta curva é muitas vezes vista como um indicador de recessões económicas.

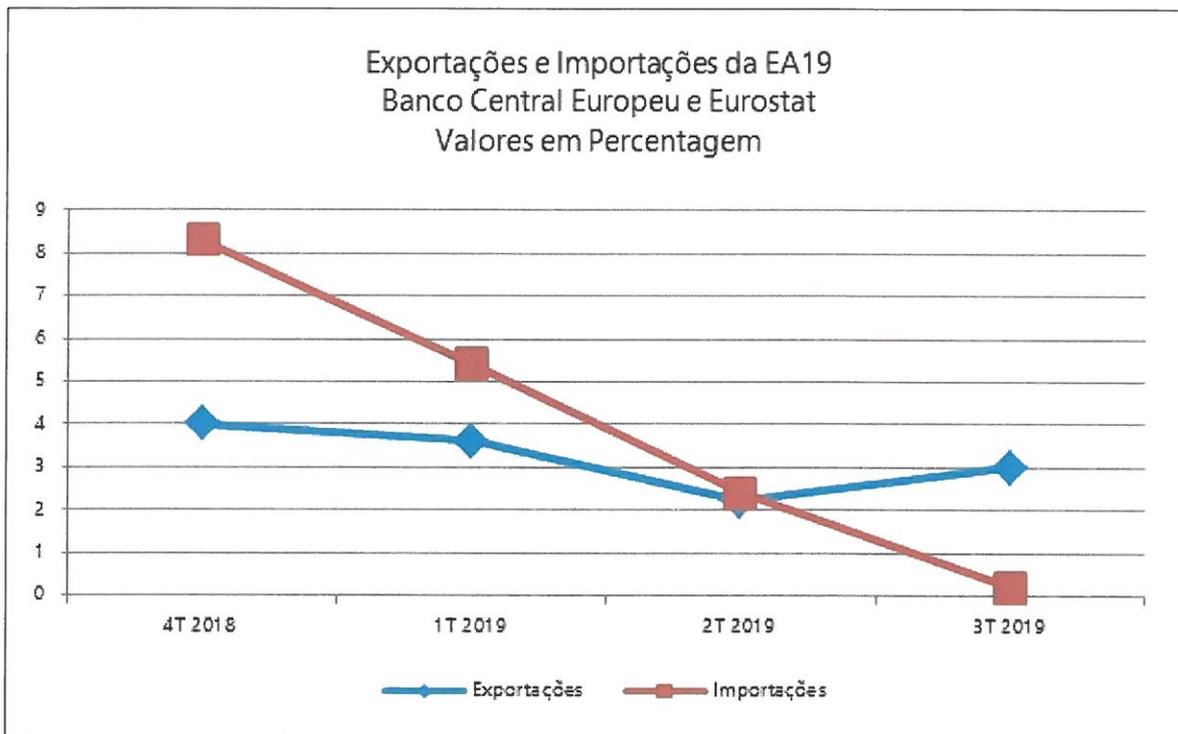
Quanto ao Reino Unido, durante a primeira metade de 2019 notou-se um abrandamento da atividade económica, num contexto de elevadas incertezas sobre as negociações do Brexit, que se vieram a dissipar ao longo dos últimos meses do ano, especialmente em dezembro, com o resultado das eleições a tornar-se favorável para uma saída ordeira da União Europeia. Em termos trimestrais, e segundo dados do BCE, nos dois primeiros trimestres de 2019 notou-se uma contração económica, começando a recuperar a partir do terceiro trimestre, onde se registou um crescimento de 0,3%, reflexo de um aumento das exportações neste período. Ao longo do ano o consumo privado manteve-se sólido, refletindo um forte crescimento dos salários, tendo também o contributo do consumo público. Por outro lado, o fraco investimento contrabalançou os níveis de crescimento.

Já a economia europeia encontra-se no seu sétimo ano consecutivo de crescimento, apesar de se notar algum nível de abrandamento, devido sobretudo ao enfraquecimento dos setores comerciais e de produção, ainda assim mitigado pela melhoria na procura doméstica, nomeadamente no investimento. A Comissão

Europeia prevê uma taxa de crescimento para 2019 de 1,1% para a zona euro (EA19) e de 1,4% para o conjunto dos países da União Europeia (EU28). Segundo a mesma, os países que mais contribuíram para este crescimento foram a Polónia (+1,3%), a Hungria (+1,1%) e a Estónia (+1,0%).

Já para o conjunto do continente europeu, o FMI aponta uma taxa de crescimento de 1,4%, bastante inferior ao verificado em 2018 (2,3%), notando-se uma forte diferença entre as economias avançadas, que registaram um decréscimo de 0,1% face a 2018, e as economias emergentes, que cresceram 0,5%.

Em termos comerciais, na EA19 registou-se um enfraquecimento da demanda externa, especialmente nos países membros orientados para a exportação. Devido sobretudo à queda dos preços da energia, notou-se uma diminuição da inflação que, segundo projeções da Comissão Europeia, deverá situar-se em 1,2% em 2019 para a EA19 e nos 1,5% para a EU28.



Em relação ao deficit soberano, manteve-se relativamente estável ao longo de 2019, permanecendo na EA19 nos 0,7% no segundo e terceiro trimestres e nos 0,9% para a EU28, em ambos os trimestres. A Comissão Europeia aponta também para uma dívida pública agregada da EA19 de 86,4% em 2019 e de 80,6% para a EU28. Contudo, em relação ao deficit agregado para 2019, tanto na EA19 como na EU28, prevê-se um ligeiro aumento de 1 e de 2 pontos percentuais, respetivamente, face aos mínimos históricos registados até 2018.

Durante 2019, o mercado de trabalho manteve-se forte, com o desemprego a situar-se no seu nível mais baixo desde o início do século. A Comissão Europeia prevê para a EA19 uma queda da taxa de desemprego de 7,6% e de 6,3% para a EU28. Para o terceiro trimestre de 2019, o Eurostat indica um crescimento do emprego de 0,9% na EA19 e de 0,8% na EU28 em comparação com o mesmo período de 2018. Ainda assim, verificou-se alguma resiliência na criação de emprego.

2.2 A nível Nacional

No Boletim Económico de Dezembro de 2019, o Banco de Portugal aponta uma trajetória descendente da atividade económica, prevendo um PIB de apenas 2% para 2019, face aos 2,4% registados em 2018. Ainda assim, face ao primeiro semestre do ano, onde se registou um ligeiro abrandamento em comparação com o segundo semestre de 2018 (de 2,2% para 2%), o crescimento do PIB deverá manter-se estável na segunda metade de 2019, em parte devido ao crescimento do consumo privado durante o mesmo período.

Para o terceiro trimestre de 2019, o Instituto Nacional de Estatística (INE) avança com uma taxa de crescimento do PIB em termos homólogos de 1,9%. Para esta variação, a procura interna contribuiu em

1,5% do PIB, ainda assim inferior ao contributo registado em 2018 (1,7%), tendo a procura externa, em termos líquidos, apresentado uma contribuição de -1,3%, tendo-se registado uma aceleração tanto das importações de bens e serviços (de 4,8% no segundo trimestre para 5,8% no terceiro trimestre) como das exportações de bens e serviços (de 1,6% para 2,6%). Em termos anuais, o Banco de Portugal prevê para 2019 uma redução no crescimento das exportações de bens e serviços, para 2,8%, após um dinamismo verificado nos últimos anos. Este menor crescimento está associado ao abrandamento da procura externa, sendo também afetada por alguns fatores idiossincráticos, que também contribuíram para uma redução particularmente baixa da inflação. Para a última metade de 2019, o Banco de Portugal prevê uma ligeira aceleração, refletindo a forte recuperação das exportações de bens energéticos, bem como um maior crescimento das exportações de serviços.

Quanto às importações, deverão registar uma taxa de 5,4% em 2019. Esta desaceleração face a 2018 é justificada pela desaceleração das exportações, em especial dos bens não energéticos, e do consumo privado, nomeadamente no consumo de bens duradouros, que possui um forte conteúdo importado.

Quanto ao investimento empresarial, em termos nominais, estima-se uma taxa de crescimento anual de 3,8%, notando-se como principais objetivos do investimento os relativos à substituição e à extensão da capacidade de produção. Contudo, para as empresas exportadoras, estima-se uma redução no investimento de 2,3%. Como principal fator limitativo ao investimento, aponta-se a deterioração das perspetivas de vendas, seguido da incerteza sobre a rentabilidade dos investimentos.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) deverá ser a componente da despesa a apresentar um crescimento mais dinâmico, com uma aceleração de 7,3% em 2019, devido à componente de construção, em alguns casos associada ao investimento público no tocante a projetos de infraestruturas de grande dimensão, mas também associada ao dinamismo da construção residencial. Ainda assim, prevê-se uma desaceleração da FBCF no segundo semestre de 2019.

Em relação ao investimento total, registou-se um crescimento homólogo de 8,8% no terceiro trimestre de 2019, uma desaceleração em comparação com os 10,5% verificados no trimestre anterior, justificada pelo comportamento da FBCF empresarial. Em termos nominais para o conjunto do ano, o INE estima um crescimento de 3,8%, resultando dos contributos positivos do investimento em construções e equipamentos (2,0% e 1,3%, respetivamente). No terceiro trimestre do mesmo ano, registou-se um crescimento de 2,2%, superando o crescimento da poupança bruta, refletindo-se na capacidade de financiamento, que diminui 2 pontos percentuais entre o terceiro e segundo trimestres de 2019, de 0,5% para 0,3% do PIB. Esta diminuição deveu-se a um agravamento do saldo negativo das transações externas de bens e serviços, com as importações a crescerem mais do que as exportações. Assim, o saldo externo de bens e serviços apresentou-se negativo durante os primeiros três trimestres de 2019, situando-se neste último em -0,8% do PIB, o que denegriu a capacidade de financiamento da economia portuguesa, que passou de 0,5% no segundo trimestre do ano para 0,3% no trimestre seguinte.

Em relação ao setor não financeiro, e ainda para o terceiro trimestre de 2019, a necessidade de financiamento manteve-se nos 4,0% do PIB, tendo a poupança aumentado 1,7% face ao trimestre anterior, enquanto se registou uma desaceleração do investimento empresarial, de 2,2% no segundo trimestre do ano para 1,3% no terceiro. Num inquérito realizado pelo INE, destacou-se o autofinanciamento como a principal fonte de financiamento para o investimento das empresas, sendo o crédito bancário a segunda principal fonte de financiamento, em especial para as empresas exportadoras.

Quanto ao Valor Acrescentado Bruto (VAB), em termos reais e a preços base registou um crescimento homólogo de 1,5% no terceiro trimestre de 2019, uma variação de 1,4% face ao trimestre anterior. Já o Excedente Bruto de Exploração aumentou 0,5% entre o segundo e terceiro trimestre de 2019.

Em 2019, registou-se uma taxa de variação média do IHPC de 0,3%, inferior à registada em 2018 (1,2%). A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, deverá diminuir significativamente em 2019, de 1,2% para 0,3%, sobretudo devido à queda dos preços dos bens energéticos, em linha com a redução do preço do petróleo, mas também explicada por quedas significativas nos preços de alguns bens e serviços, como o caso dos transportes públicos, das propinas do ensino superior e dos manuais escolares no ensino secundário.

Quanto às famílias, notou-se um crescimento da capacidade de financiamento, de um ponto percentual entre o segundo e terceiro trimestres, situando-se em 1,2% do PIB neste último, reflexo de um aumento da poupança corrente superior ao da FBC. Contudo, regista-se ainda uma elevada taxa de pobreza ou exclusão social, de 21,6%, segundo estimativa do INE.

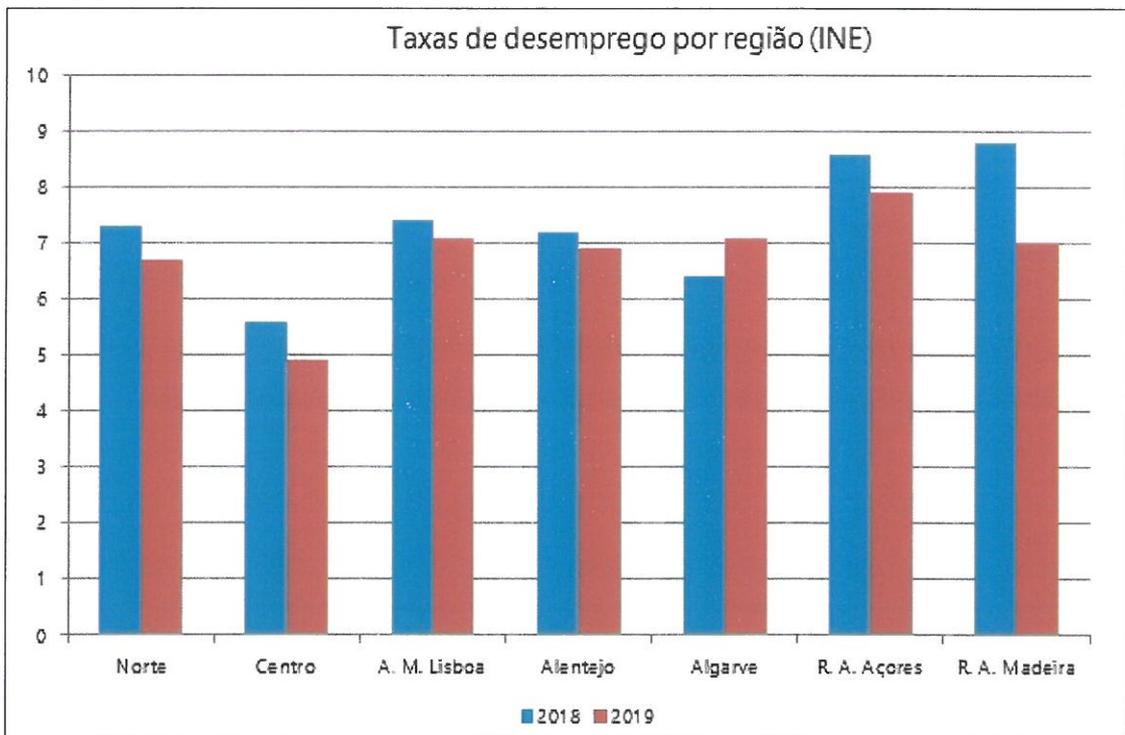
Ainda sobre as famílias portuguesas, verificou-se também um crescimento de 1,1% das remunerações

recebidas, o que se reflectiu no aumento do rendimento disponível para 0,9% que, por sua vez, levou a um crescimento na poupança das mesmas, para 6,2% do rendimento disponível, bem como um aumento do consumo público, na ordem dos 1,3%.

Sobre o emprego, o INE avança com uma taxa de desemprego de 6,5%, menos 0,5% face a 2018, tendo-se também registado uma diminuição na taxa de desemprego de jovens (18,3%, menos 2% do que em 2018) e no desemprego de longa duração, com uma proporção de 49,9% - 1,2% inferior a 2018. Em termos regionais, à exceção do centro, todas as regiões do país apresentaram uma taxa de desemprego superior à média nacional, tendo a Região Autónoma dos Açores registado a maior taxa de desemprego, de 7,9%. Em comparação com o ano anterior, apenas o Algarve registou um aumento desta taxa, de 0,7%.

A população desempregada diminuiu 7,2% em relação ao ano passado, enquanto que a população empregada aumentou 1,0%, com uma forte contribuição das mulheres (1,2%), prolongando assim o ciclo de aumentos verificados desde 2014. Para 2019, verificou-se uma taxa de inactividade na ordem dos 40,7%, menos 0,2% do que em 2018, sendo estimada uma população inactiva total de 5.010,8 mil pessoas, menos 0,4% em relação ao ano anterior.

A melhoria da situação no mercado de trabalho implicou um maior dinamismo dos salários, tendo-se registado nos três primeiros trimestres de 2019 um aumento de 2,8% em termos homólogos das remunerações por trabalhador.



O crescimento do consumo público fez-se também sentir nas Administrações Públicas que, no conjunto dos três primeiros trimestres de 2019, registaram um saldo positivo de 1,0% do PIB, face aos 0,4% registados no período homólogo. Ainda assim, em relação ao terceiro trimestre de 2019, registou-se um aumento da despesa superior ao da receita, de 1,1% e 0,6% respetivamente. Do lado da despesa, registaram-se aumentos tanto na despesa de capital (2,8%) como na despesa corrente (0,9%). Em relação à receita, o crescimento de 0,6% deveu-se ao aumento de 0,8% da receita corrente, que mais que compensou a diminuição de 16,7% da receita de capital. Este resultado positivo da receita corrente deveu-se ao aumento dos impostos sobre a produção e importação (0,4%) e das contribuições sociais (1,7%). Em comparação com o mesmo trimestre de 2018, verificou-se tanto um aumento da despesa total (4,3%) como da receita total (2,3%). A balança de bens e serviços deverá tornar-se deficitária em 2019, refletindo a evolução da balança de bens, devido ao forte crescimento real das importações, enquanto se prevê uma ligeira diminuição do excedente da balança de serviços.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2019, os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Instituição, apesar do volume de negócios ter uma variação positiva de 10,43 % relativamente ao ano anterior (em 2018 foi de 690.710,64 € em 2019 foi de 762.727,65 €).

Neste período, o volume de negócios era composto por: cerca de 1,97% deste valor, o abono de família de cada utente da Casa de Acolhimento de Jovens que provem da Segurança Social, 74,18% corresponde às mensalidades dos clientes da Residência para Idosos, cerca de 23,73% corresponde às participações familiares aos Idosos, os restantes 0,12% respeitam às quotizações recebidas pela Ala dos Amigos da Fundação.

Relativamente aos outros rendimentos, dividem-se em:

- Subsídios do Estado e outros entes públicos, no valor de 607.432,37€, dos quais 332.352,00€ respeitantes ao acordo de cooperação existente para a Casa de Acolhimento de Jovens e 268.167,01€ do acordo de cooperação para os idosos; e 1.332,94€ que foi 0,5% da consignação do I.R.S. recebido em 2019 para a Administração. Receberam-se ainda 5.580,42€ de Subsídio do Instituto do Emprego e Formação Profissional, relativo a dois estágios aprovados, um para o Solar e outro para a Casa de Acolhimento de Jovens.
- Outros Rendimentos e Ganhos, no valor de 163.279,37€, que essencialmente, são: 74.103,31€ - Imputação de subsídios para investimentos, na valência da Casa de Acolhimento de Jovens e na Estrutura Residencial para idosos; 44.542,93€ - Donativos para a Fundação; 42.837,11€ - Reembolso de despesas pagas pelos utentes do Solar; 377,83€ - Descontos de Pronto Pagamento Obtidos; 1.038,05€ - Compensação por falta de Aviso Prévio, por Rescisão de Contratos de trabalho por parte dos Trabalhadores.
- Juros, Dividendos e outros rendimentos similares, no valor de 4.653,81€, que foram efetivamente os juros recebidos pelo vencimento de Depósitos a Prazo, dos Fundos de Compensação, e da valorização obtida pela Subscrição Fundo BPI Moderado.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida os valores do total dos gastos da Fundação:

- Custo das Matérias Consumidas 18.293,61 €
- Fornecimentos e Serviços Externos 438.382,19 €
- Gastos com o pessoal 894.956,12 €
- Gastos de Depreciação e de Amortização 157.269,60 €
- Outros Gastos e Perdas 4.457,09 €
- Gastos e perdas de Financiamento 4,38 €

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta os gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2019	2018	2017
Gastos com Pessoal	894.956,12 €	853.704,65 €	838.76,82 €
Nº Médio de Pessoas	66	67	67
Gasto Médio por Pessoa	13.559,94	12.741,86	12.518,92

Em 31/12/2019, o pessoal ativo, era composto por 67 elementos, repartidos da seguinte forma:

Na valência Casa de Acolhimento e Jovens, 17 funcionários, que são: uma Diretora Técnica, 6 Ajudantes de Ação Educativa, 3 Psicólogos, 6 Perfeitos, e 1 Trabalhador Auxiliar de Serviços Gerais.

Na Residência para Idosos estão 50 funcionários, que são: 1 Diretor Técnico, 31 Auxiliares de Ação Direta, 4 Cozinheiras e 1 Administrativa, que está em acumulação com a valência Casa de Acolhimento; 4 Ajudantes de Cozinha, 2 Enfermeiros, 1 Enfermeiro Especialista, 1 Técnico Superior de Reabilitação, e 5 Trabalhadores Auxiliares de Serviços Gerais.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira a Fundação apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível da autonomia financeira:

Em 2019, o ativo era de 7.153.920,02€ e o fundo de Capital era de 6.921.233,15€, consequentemente a sua autonomia financeira era cerca de 97%. Relativamente a 2018, a autonomia financeira também foi de 97%, pelo que se manteve.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Fundação através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2019		2018	
Ativo não corrente	6.241.051,95	87 %	6.365.712,43	89 %
Ativo corrente	912.868,07	13 %	779.526,64	11 %
Total Ativo	7.153.920,02		7.145.239,07	

RUBRICAS	2019		2018	
Fundo de Capital	6.921.233,15	97 %	6.957.387,44	97 %
Passivo não corrente	0		0	
Passivo corrente	232.686,87	3 %	187.851,63	3 %
Total Capital Próprio e Passivo	7.7153.920,02		7.145.239,07	

A Fundação exerceu atividade nos seguintes nas três valências acima descritas, mas com maior relevância na Casa de Acolhimento de Jovens que tem a seu cargo 25 jovens e tem um protocolo com a Segurança Social, e a Estrutura Residencial para Idosos que tem capacidade para 60 utentes no Lar e 26 para as residências. Em 31 de Dezembro o número de utentes na Estrutura Residencial para Idosos era de 74, dos quais 9 estavam nas Residências, visto que são os utentes mais autónomos. O protocolo com a Segurança Social para o sector da Terceira Idade, é para 48 utentes, dos quais 10 vagas estão reservadas para utentes a colocar pela Segurança Social.

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Fundação Arca da Aliança no período económico findo em 31 de Dezembro de 2019 obteve um resultado líquido positivo de 24.730,21€, propondo a sua aplicação para a conta de Resultados Transitados.

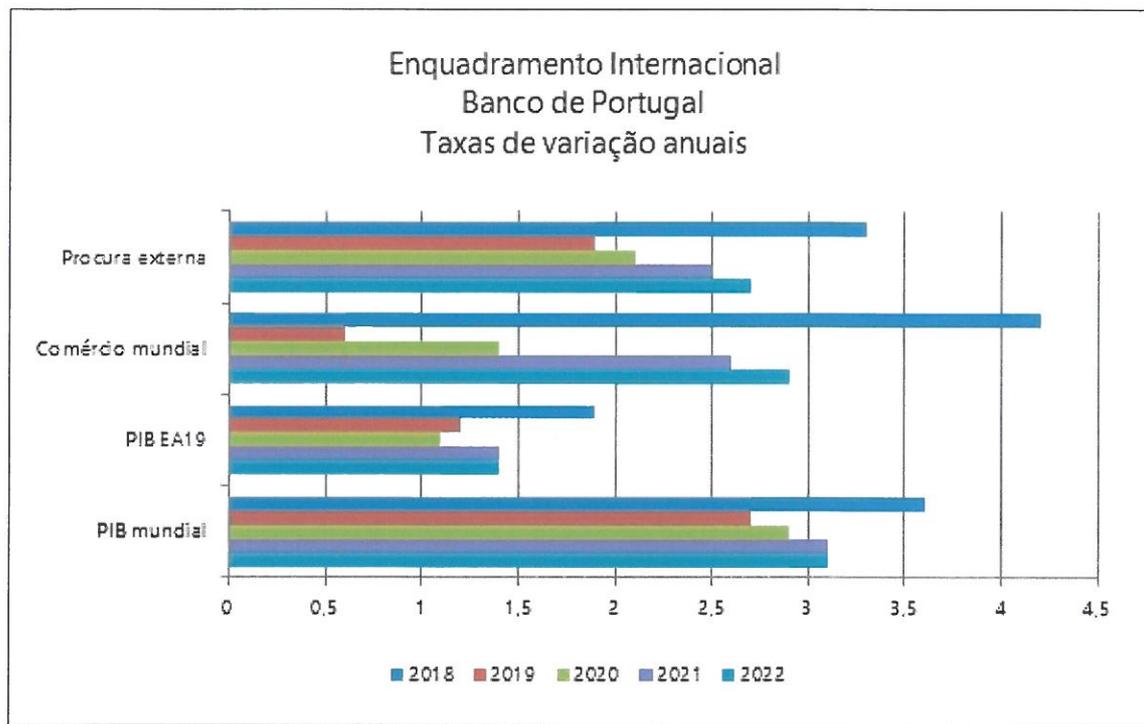
APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2019
Resultados Transitados	24.730,21€

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

No World Economic Outlook de Janeiro, o FMI prevê um crescimento global de 3,3% para 2020 e de 3,4% para 2021, reflexo de uma melhoria da performance em muitos dos países emergentes na América Latina e no Médio Oriente, ainda assim notando alguma resiliência na atividade económica de alguns países emergentes e em desenvolvimento, como o Brasil, a Índia, México, Rússia e Turquia, bem como uma desaceleração da atividade económica na China que, apesar dos esforços em relação às negociações comerciais com os Estados Unidos, não deverá ser suficiente para que no curto prazo consiga melhorar o seu desempenho económico, prevendo-se então um crescimento de 6,0% em 2020 e de 5,8% em 2021. Nas economias avançadas, o FMI prevê que o crescimento se situe nos 1,6% durante este e o próximo ano. No longo prazo, é previsto um crescimento mais tímido, apontado pelo ritmo mais moderado da produção, sobretudo devido ao enfraquecimento da força laboral, por via do envelhecimento da população.

Em relação ao comércio, o FMI aponta para uma melhoria na atividade produtiva e nas trocas comerciais em geral, reflexo da estabilização das políticas monetárias, das expectativas positivas sobre as negociações comerciais entre os Estados Unidos e a China, e da diminuição do receio de uma não negociação do Brexit. Contudo, ainda existem riscos de retorno associados que poderão alterar os dados macroeconómicos globais, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão, que poderão comprometer o fornecimento global de petróleo. As expectativas implícitas nos mercados de futuros apontam para novas reduções do preço do petróleo em 2020 e 2021, para -7% e -4%, respetivamente, devendo posteriormente estabilizar em 2022.



Para os Estados Unidos, prevê-se um crescimento mais moderado, devendo situar-se nos 2% em 2020 e nos 1,7% em 2021.

Quanto ao Reino Unido, prevê-se uma estabilização do crescimento, devendo situar-se nos 1,4% em 2020 e nos 1,5% em 2021, enquanto se espera uma saída pacífica da União Europeia e uma gradual transição para uma nova relação económica, ainda assim com alguns riscos associados a estas negociações.

Sobre a União Europeia, as perspetivas do crescimento global são frágeis. As tensões comerciais no setor produtivo e as incertezas geopolíticas estão a ter um impacto negativo no investimento. Uma diminuição na intensidade do comércio, em conjunto com níveis baixos de produtividade, poderá causar um impacto negativo na posição da Europa num mundo que está a definir-se pelas rivalidades entre os Estados Unidos e a China. Neste sentido, alguns analistas temem um período de queda do crescimento, bem como de um aumento da inflação, associado à queda da produção e ao envelhecimento da população – até 2024 estima-se que numa grande parte dos países membros a força de trabalho caia para mais de 3% e que em 2060 essa queda seja de 12% face ao verificado atualmente.

Estes níveis, em combinação com décadas de declínio da produtividade, colocam uma pressão no crescimento potencial da economia europeia. Assim, o seu crescimento irá depender do esforço dos setores domésticos, que irão ser favorecidos pelo aumento dos salários no mercado de trabalho, assim como pelas melhores condições de financiamento e, em alguns estados membros, de algumas medidas fiscais.

Para este e o próximo ano a Comissão Europeia aponta para a continuidade da expansão económica, prevendo para a EA19 um PIB de 1,2% e 1,3%, respetivamente. Quanto à EU28, espera-se um PIB de 1,4% para ambos os anos. Para o conjunto do continente europeu, o FMI prevê uma ligeira recuperação para 2020, estimando um crescimento de 1,8%, com uma forte contribuição dos países emergentes, onde se prevê um crescimento de 2,5%, enquanto que apenas se prevê um crescimento de 1,5%, nos países desenvolvidos.

O mercado de trabalho permanecerá forte, com o desemprego a diminuir, mas a um ritmo mais lento, onde a Comissão Europeia prevê para a EA19 uma queda da taxa de desemprego para 7,4% e 7,3% em 2020 e 2021, e no caso da EU28 para 6,2% em ambos os anos.

As taxas de juro a curto prazo da EA19 deverão manter-se em níveis historicamente baixos até 2024, sobretudo devido ao adiamento das expectativas de mercado quanto a uma subida das taxas de juro das diretoras do BCE, em especial após o conjunto de medidas adotadas em setembro. A Euribor a 3 meses deverá permanecer em níveis próximos de -0,4% até 2024 e a taxa de juro implícita da dívida pública deverá permanecer estável a 2,6%. Quanto ao mercado cambial, a manutenção da taxa de câmbio implica uma depreciação do euro para 2020, tanto em termos nominais efectivos como face ao dólar.

Quanto à inflação, a Comissão Europeia não prevê grandes flutuações, devendo situar-se nos 1,2% em 2020 na EA19 e aumentar para 1,3% no ano seguinte, e na EU28 de 1,5% para 1,7% no mesmo período.

Os saldos orçamentais dos países deverão deteriorar-se ligeiramente neste e no próximo ano, devido sobretudo a um enfraquecimento de políticas fiscais nalguns estados membros, incluindo políticas fiscais expansionistas. Ainda assim, prevê-se que as finanças públicas europeias continuem a beneficiar de baixas taxas de juro, prevendo-se também a continuação do decréscimo da dívida pública agregada da EA19, para 85,1% em 2020 e 84,1% em 2021, segundo dados da Comissão Europeia. Para a EU28 as previsões são idênticas, estimando-se também uma diminuição para 79,4% em 2020 e 78,4% em 2021. Contudo, em relação ao deficit agregado da EA19, prevê-se um ligeiro aumento, face aos mínimos históricos registados até 2018, de 1 ponto percentual em 2020 e 2021. Já na EU28, prevê-se também um aumento no mesmo período, mas de dois pontos percentuais.

Para além do aumento da incerteza e das tensões comerciais, existem outros riscos que poderão levar também a uma diminuição do crescimento económico global face ao previsto, tais como as vulnerabilidades financeiras, as pressões deflacionárias nas economias avançadas e riscos geopolíticos, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão. Um abrandamento da economia chinesa poderá também mitigar o crescimento global.

Para a Europa, o maior risco no curto prazo centra-se nas negociações do Brexit. O aumento das tensões comerciais e da incerteza associada, poderá levar ao enfraquecimento do investimento. Também se denota um risco associado ao enfraquecimento dos setores comercial e produtivo, que poderá arrastar-se para os restantes setores mais rápido e com maior impacto do que o previsto, nomeadamente para o setor dos serviços.

Um factor positivo ao crescimento da zona euro seria o investimento em políticas fiscais expansionistas em alguns dos países membros. Considerando um horizonte mais precário, e com um nível de riscos elevado, as políticas fiscais deverão ter um papel mais ativo, principalmente nos países onde a actividade enfraqueceu ou poderá desacelerar de forma considerável.

Os países terão de cooperar na resolução dos problemas comerciais e quebrar as barreiras recentemente impostas. Terão também de trabalhar em conjunto no tocante às emissões de gases de estufa e do aumento das temperaturas globais. O aumento dos preços do carbono, associado a esforços complementares para encorajar o fornecimento de energias baixas em carbono, seriam uma boa estratégia, ao mesmo tempo que se fomentaria o desenvolvimento e adoção de tecnologias mais ecológicas. Nos países onde a sustentabilidade da dívida não é um problema, poderão ser adotadas medidas direccionadas para as alterações climáticas, tais como o investimento em infraestruturas.

No geral, todas as economias deverão priorizar o crescimento económico, melhorar a inclusão e reforçar a resiliência, aplicando políticas estruturais com foco na abertura e flexibilização dos mercados, de forma a melhor ajustarem os choques ao crescimento a médio prazo, mitigando também as discrepâncias entre países e encorajando a convergência entre os mesmos.

5.2 Cenário Interno

Segundo projecções do Banco de Portugal, com um horizonte até 2022, apontam para uma trajetória de desaceleração da atividade económica, onde se prevê um crescimento de 1,7% para 2020 e de 1,6% em 2021 e 2022, ainda assim superior ao da média da EA19. Esta evolução corresponde a um processo de maturação do ciclo económico, traduzindo-se numa aproximação do ritmo de crescimento potencial.

O principal contributo para este crescimento será dado pela procura interna, apesar de se tornar progressivamente menor, reduzindo-se para 1,1% em 2022, bem como pelo aumento das exportações, mas também a verificar-se um decréscimo do seu contributo, em parte devido ao fraco dinamismo do comércio mundial. Para 2020, o Banco de Portugal prevê uma taxa de crescimento das exportações de 2,6%, aumentando ligeiramente no restante horizonte de projecção, devendo situar-se nos 3% em 2022.

Contudo, existe um forte risco associado a estas projecções, devido à incerteza que rodeia o comércio mundial.

Apesar desta evolução das exportações, continuará a verificar-se um défice da balança de bens e serviços, pois continuará a registar-se um crescimento das importações superior ao das exportações. Contudo, as importações deverão apresentar uma trajetória de progressiva desaceleração, devendo situar-se nos 3,9% em 2022, devido sobretudo à redução do contributo do investimento, reflexo também da desaceleração da FBCF empresarial. Já a balança corrente e de capital irá manter-se, em média, com um saldo excedentário durante o horizonte de projecção.

Em termos líquidos, tanto o consumo privado como o consumo público assumem um menor peso no PIB, sendo que para o primeiro o Banco de Portugal projecta uma desaceleração gradual ao longo do período de projecção, devendo situar-se nos 1,7% em 2022, em consonância com a trajetória do rendimento disponível.

Este menor contributo é em parte compensado por alguma recuperação do peso da FBCF, que deverá manter um crescimento relativamente forte ao longo do horizonte de projecção, a qual deverá representar em 2022 uma taxa de crescimento de 4,3%.

Em relação ao investimento empresarial, o INE estima uma desaceleração de dois pontos percentuais, face à sua estimativa para 2019, devendo situar-se em 2020 nos 3,6%.

Quanto à inflação, projeta-se um aumento durante o período de projecção, devendo contudo manter-se em níveis baixos, prevendo que se situe nos 1,4% no final do horizonte de projecção, sendo os salários o que mais contribui para estes valores reduzidos. Como tal, o único fator de risco ascendente associado a este indicador será o possível aumento do salário mínimo, bem como eventuais subidas de tarifas, ainda assim sendo contrabalançados pelo impacto descendente de uma evolução menos favorável da atividade.

Quanto ao emprego, este deverá continuar a crescer, embora a um ritmo progressivamente mais moderado, resultado da maturação do ciclo económico, que contribuirá para a limitação da oferta de trabalho. Quanto à taxa de desemprego, também deverá continuar a sua trajetória descendente durante o horizonte de projecção, prevendo que se situe nos 5,6% em 2022, o valor mais baixo verificado desde 2003. O crescimento do emprego reflecte em especial a absorção de trabalhadores desempregados e o ligeiro aumento da população ativa, não obstante a continuação da tendência ligeiramente descendente da população total, que irá beneficiar do aumento da taxa de participação feminina, bem como do aumento da idade média de reforma e do saldo positivo dos fluxos migratórios.

No horizonte de projecção, antecipa-se um crescimento médio dos salários nominais de 3,1%, influenciado pela atualização do salário mínimo e, relativamente ao setor público, pelo descongelamento gradual das progressões salariais na administração pública.

Neste contexto de limitações ao crescimento do emprego, é crucial aumentar a produtividade. O produto por trabalhador continua a ser inferior aos níveis médios da EA19, o que está associado aos níveis de escolaridade e de capital por trabalhador relativamente baixos.

Ao longo do horizonte de projecção, a capacidade de financiamento da economia portuguesa face ao exterior, medida pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital, deverá situar-se em média nos 0,5% do PIB, bem abaixo dos 1,7% verificados no período 2014-18.

O perfil anual da balança corrente e de capital deverá apresentar alguma variabilidade, justificada pela evolução dos fluxos de recebimentos e pagamentos com as instituições europeias.

O deficit da balança de bens e serviços deverá aumentar ao longo do período de projecção, de -0,6% para -2,1% do PIB, enquanto o conjunto das balanças de rendimentos e de capital deverá apresentar saldos bastante positivos, em parte devido ao aumento dos recebimentos de fundos europeus, com o défice da balança de rendimento primário em percentagem do PIB a reduzir-se progressivamente ao longo do período de projecção, beneficiando da manutenção esperada das taxas de juro e da trajetória descendente estimada para os juros da dívida pública.

Quanto à balança de capital, em 2021 o seu saldo será afetado pela devolução por parte do Fundo Europeu de Estabilização Financeira de montantes pagos por Portugal no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira.

Os riscos que poderão alterar estas projecções são maioritariamente externos, nomeadamente a possível intensificação das tensões proteccionistas. O Banco de Portugal aponta também a transmissão da fraqueza do setor industrial para os restantes setores de atividade.

O crescimento potencial da economia portuguesa permanece condicionado por constrangimentos ao crescimento dos fatores produtivos e ao aumento da produtividade, sendo de referir a evolução demográfica adversa, os elevados níveis de endividamento, os quais limitam o investimento, e os baixos níveis de capital humano.

5.3 Evolução previsível da entidade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a Fundação Arca da Aliança, dê continuidade ao seu projeto, e contribua com aumento da taxa de emprego na zona, o que se começou já a verificar em anos anteriores, contribua para dinamizar o setor da terceira idade, e possa conseguir o máximo de rentabilidade do Investimento realizado (no Edifício e equipamentos do Solar das Bem Aventuranças), na causa solidária.

6 - Outras Informações

A Fundação Arca da Aliança não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de Fundos Patrimoniais.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período.

7 - Considerações Finais

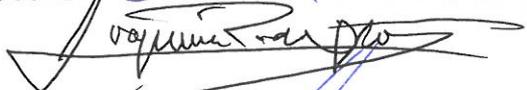
Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Amigos, Fornecedores gerais e de investimentos, Instituições de Crédito, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso projeto.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Fundação Arca da Aliança.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Fátima, 8 de Junho de 2020

O Conselho de Administração

Cláudio Almeida do Gaspar



Associação para a formação e desenvolvimento

